

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### **Sessão temática**

### **Prioridades para a Acção Externa de Portugal**

### **Defesa e Segurança**

#### ***Portugal e a emergência da Europa política, 1986-2005***

Laura C. Ferreira-Pereira . Professora Auxiliar do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Universidade do Minho; Directora do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI)

Debruçando-se sobre o período pós-adesão (1986-2005), esta comunicação tem por objectivo avaliar a evolução do posicionamento de Portugal relativamente à emergência de uma política externa e de segurança comum. Tal avaliação será feita com base nas posições que o país adoptou durante o processo negocial dos sucessivos Tratados da União Europeia (isto é, os Tratados de Maastricht, de Amesterdão de Nice e, mais recentemente, o Tratado Constitucional). Tendo como foco analítico a componente de segurança e defesa da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), a presente apresentação procurará iluminar o engajamento do país no processo de integração política, assim como a sua visão sobre o futuro modelo da Europa Política.

Os argumento articulados no âmbito desta comunicação convergirão para a ideia de que, desde o momento em que Portugal embarcou na aventura colectiva dirigida à fundação de um pilar comum de política externa e segurança, a visão nacional da “Europa Política” tem sido marcada por um registo de continuidade no plano da práxis e retórica político-diplomáticas. Isto não significa que a sustentação de uma linha de continuidade se tem afigurado um exercício político fácil de executar e gerir para os responsáveis (nacionais) pela definição e implementação da estratégia europeia. Tal sucede devido à necessidade, sentida por aqueles, de reconciliar dois imperativos aparentemente paradoxais. Por um lado, a necessidade de garantir um lugar nos “círculos avançado da integração” e, deste modo, tomar parte activa no processo decisório comunitário. Por outro lado, a necessidade de conter qualquer desenvolvimento com o potencial de quebrantar o primado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no quadro da arquitectura de segurança e defesa europeia e, subsequentemente, o prevacente relacionamento transatlântico.

Com base na experiência acumulada enquanto membro do “Concerto Comunitário”, os responsáveis políticos concluíram que só através do aprofundamento do seu envolvimento no processo de integração seria possível salvaguardar a sua differentia específica de Portugal (decorrente da sua identidade cultural única, assim como, das idiossincrasias associadas à sua política e segurança) sem ser percebido como um nuisance power. Só adoptando uma estratégia mais favorável à dimensão política da integração, estes poderiam ser bem sucedidos em contrariar quaisquer avanços em oposição aos interesses nacionais vitais e, ao mesmo tempo, obter os desejados dividendos económicos e políticos da adesão. Esta conclusão impeliu as autoridades portuguesas a procurarem encontrar o ponto de equilíbrio entre o imperativo de manter vivo o credo atlanticista no quadro da PESC e a necessidade de permanecer dentro dos “círculos avançados de integração».

Durante cerca de duas décadas de envolvimento no processo de integração europeia, o foco atlântico nunca desvaneceu da estratégia europeia do país, quer no plano da doutrina política, quer no plano da prática diplomática. É verdade que, por força de mudanças estruturais no sistema internacional e uma alteração táctica em termos de postura à mesa das negociações,

aquele foco foi acompanhado por uma crescente abertura no sentido da criação de uma genuína dimensão europeia de segurança/defesa. Nesta perspectiva, é possível afirmar que as expressões de cepticismo, informadas por uma certa ortodoxia atlanticista que inicialmente alimentaram sentimentos de relutância e suspeita relativamente à emergência de uma política externa e de segurança, deram lugar a uma atitude mais progressista a respeito da utilidade e legitimidade de uma componente europeia de segurança e defesa.

O apoio nacional à emergência de uma PESC credível, não pode, no entanto, ser equacionada com uma ruptura de paradigma na linha de conduta de Portugal, no quadro da política externa e de segurança, tal como alguns chegaram a argumentar. Isto porque os decisores políticos nacionais nunca concederam na sua convicção de que a PESC deveria evoluir de forma gradual, em completa harmonia com a OTAN, e preservando a sua original natureza intergovernamental e inclusiva. Este entendimento, que tem sido consistentemente sustentado por Portugal desde o nascimento da PESC, incorpora bem os elementos tradicionais da visão nacional sobre a desejável cadência, formato e escopo da PESC e, em última análise, sobre a finalidade da própria União (Política) Europeia – elementos estes que, provavelmente, permanecerão inalteráveis nas próximas décadas.